

COMÉRCIO AGRÍCOLA BRASILEIRO E GERAÇÃO DE DIVISAS¹

Maria Auxiliadora de Carvalho²
César Roberto Leite da Silva³

1 - INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade aos acontecimentos externos é a maior fragilidade das economias menos desenvolvidas. Sua causa básica é a elevada dependência de poupança externa, fato que leva à necessidade de acumular divisas para evitar crises no balanço de pagamentos. A conquista das divisas, por sua vez, na maior parte dos Países menos desenvolvidos, depende da ocorrência de *superávits* na balança comercial.

O comércio de bens e serviços está em equilíbrio quando as exportações geram divisas suficientes para pagar pelas importações. Como as exportações crescem em função do nível de renda externa e as importações com o nível de renda local, a sustentação do equilíbrio exige que o crescimento das exportações seja suficiente para pagar pelas importações⁴. Partindo de uma situação de equilíbrio, para uma dada taxa de crescimento econômico local, quanto maior for a elasticidade das importações maiores serão as necessidades de divisas para pagar por elas⁵.

Se houver desequilíbrio no ponto de partida, a necessidade de gerar divisas pelo comércio pode ser ainda maior. É o caso da economia brasileira que tradicionalmente registra *déficits* nos balanços de serviços e de rendas, resultando em freqüentes *déficits* em transações correntes, que significam absorção de poupança externa e comprometimento de divisas com o

pagamento de rendas⁶. Na maior parte da década de 1990 esse quadro foi agravado por *déficits* também na balança comercial, resultando em forte aceleração do endividamento externo, mesmo com crescimento econômico muito aquém do necessário para melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Atribui-se à desvalorização da moeda, de janeiro de 1999, a reversão da tendência da balança comercial brasileira. Tendo por base 1998, em 1999 o *déficit* comercial caiu para menos de 1/5 do valor e para cerca de 1/10 em 2000. Daí em diante, a balança comercial passou a superavitária e o ritmo acelerado de crescimento das exportações resultou em captação de divisas suficientes para provocar *superávit* em transações correntes a partir de 2003 (BACEN, 2006).

Acrescente-se que em dezembro de 2004 e 2005, mesmo com saída líquida de capitais pela conta capital e financeira de US\$7,5 bilhões e US\$9,6 bilhões, respectivamente, o País pôde aumentar as reservas em US\$2,2 bilhões e US\$4,2 bilhões. A continuidade desse processo levou ao acúmulo de US\$66,8 bilhões no final de julho e US\$71,0 bilhões em 23 de agosto de 2006, nível superado somente nos meses de abril e maio de 1998, período que antecedeu o ataque especulativo contra o Real (R\$)⁷. A questão é que nesse período a moeda nacional vem sofrendo um processo de apreciação e já não serve de justificativa para o crescimento dos *superávits* comerciais. Pelo contrário, o que era causa passou a ser interpretado como consequência.

A coexistência de um bom desempenho das exportações e uma contínua valorização do real frente ao dólar mostrou similaridade à experiência vivida pela Holanda depois das descobertas

¹Cadastrado no CCTC, IE-66/2006.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola.

³Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Pelo enfoque tradicional do balanço de pagamentos, o saldo do comércio de bens e serviços depende das taxas de crescimento econômico local e mundial, bem como dos correspondentes índices de preços e da taxa de câmbio. Se a economia local cresce mais que a externa, induz a formação de *déficit* em transações correntes.

⁵A elasticidade das importações expressa a razão entre variação percentual do valor das importações e variação percentual do PIB [$\eta = (\Delta M/M)/(\Delta Y/Y)$], onde M = importação e $Y = PIB$.

⁶O *déficit* em transações correntes de determinado ano, financiado com recursos captados no exterior, gera futuros pagamentos de juros e lucros que vão compor o balanço de rendas e a formação de novos *déficits* em transações correntes nos períodos subsequentes.

⁷A crise da Rússia, em agosto de 1998, levou a grandes deslocamentos de recursos e fuga de capitais do Brasil, reduzindo as reservas para US\$45,8 bilhões no mês seguinte.

de grande volume de gás natural⁸. Nas palavras de Paula e Scatolin (2006, p. 100), “...um inquietante debate surgiu quando se constatou uma estranha combinação nos últimos meses entre um bom desempenho das exportações e uma valorização contínua do Real frente ao Dólar... o fluxo de divisas se tornou uma fonte de preocupações em vista de seus possíveis impactos no restante da economia. Esse efeito indesejável passou a ser identificado em algumas análises recentes como uma manifestação típica da ‘doença holandesa’”⁹.

Como a agropecuária é a maior responsável pelo bom desempenho das exportações brasileiras, este trabalho se propõe a discutir sua contribuição para a geração de divisas, destacando os principais produtos no período posterior a 1999, ano em que sucedeu-se a mudança do regime cambial.

2 - DESEMPENHO DO COMÉRCIO AGRÍCOLA

Uma das implicações naturais do desenvolvimento econômico é a queda da importância relativa da agricultura na atividade econômica. No Brasil, esse processo foi acelerado pela adoção do modelo de substituição de importações de forma que, entre 1950 e 1993, a participação do setor no PIB caiu à taxa média anual de 2,4%: representava 1/4 do PIB brasileiro a preços básicos e chegou ao mínimo de 7,6% em 1993. Daí em diante, voltou a crescer mais que o restante da economia, ultrapassando 10% do PIB em 2004¹⁰ (Tabela 1).

Essa aceleração da atividade agrícola foi impulsionada pelas trocas internacionais: entre 1990 e 2004, as exportações brasileiras do setor cresceram à taxa de 7,0% a.a., cerca de 2,3 ve-

zes a taxa de crescimento das correspondentes exportações mundiais¹¹. No mesmo período, o total do comércio mundial cresceu 6,4% a.a. O resultado para o Brasil é que seu *market-share* no total das exportações globais se manteve em 1%, enquanto nas exportações agrícolas passou de 2,7% no início da década de 1990 para 4,0% uma década depois (FAOSTAT, 2006).

A maior participação brasileira no comércio internacional de produtos agrícolas implicou aumento da importância relativa do setor nas exportações do País: de 25% no triênio 1991-93, evoluiu para 28% nesse início de século. Destaque-se que o setor foi capaz de gerar *superávit* expressivo e crescente ao longo de todo esse período, enquanto os demais produtos tiveram desempenho variável (Figura 1).

Tradicionalmente, a agricultura brasileira é o setor mais aberto às trocas internacionais. Entre 1990 e 1992, seu intercâmbio comercial médio, avaliado pelos dados da FAO, foi da ordem de 34% do PIB, enquanto para o conjunto da economia o percentual foi de 13%¹². Entre 2002 e 2004, esses números evoluíram para 50% e 25% do PIB, respectivamente, e significam que nesse período a taxa de crescimento da abertura comercial foi menor na agricultura que no restante da economia (Tabela 1).

Vale destacar que a redução relativa desse indicador no período recente se deve a dois fatores positivos: o produto agrícola cresceu mais e as importações do setor cresceram menos que as do restante da economia.

Observe-se que no período recente as trocas internacionais do setor agrícola ganharam ainda maior intensidade. Pelo conceito da FAO, as exportações do setor cresceram à taxa média anual de 15,1% entre 1999 e 2004 e chegaram a representar mais de 40% do PIB agrícola¹³. No

⁸Depois das descobertas, seguiu-se um período em que a Holanda se transformou em grande exportadora de energia, provocando a valorização do florim que, por sua vez, reduziu a competitividade dos bens de origem industrial, resultando em desindustrialização. As indústrias têxtil e de vestuário praticamente desapareceram, indústrias tradicionais, como de veículos e de navios, encolheram, enquanto cresceu o setor de serviços. Esse processo foi denominado doença holandesa (SCHEINKMAN, 2006).

⁹Bresser Pereira (2005), Barros (2005), Iedi (2005), Palma (2006), Pastore; Pinotti (2006), Ricupero (2006), Funcex (2006) e Nakahodo; Jank (2006) são alguns dos autores que contribuíram para esse debate no Brasil.

¹⁰O PIB a preços básicos foi estimado em R\$ 1.581 trilhões para 2004, sendo de 10,1% a contribuição da agropecuária. Em 2005, o setor enfrentou crise que levou sua contribuição para 8,4% do PIB (IPEADATA, 2006).

¹¹Se, por um lado, isso pode ser entendido como sinal de sucesso da agricultura brasileira, também pode implicar maior vulnerabilidade, na medida em que o País aumenta sua participação em um mercado em declínio.

¹²Intercâmbio comercial é uma medida do grau de abertura e expressa a soma das exportações e importações.

¹³Considerando-se todos os produtos, agrícolas e não-agrícolas, as exportações representam cerca de 15% do PIB. O total do agronegócio, excluindo-se os bens de capital e outros insumos empregados na atividade agrícola, atualmente representa mais de 60% do PIB agrícola a preços básicos. Os dados de comércio do agronegócio são elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a partir de classificação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/comex/bal-com.php>>.

TABELA 1 - Grau de Abertura e Participação da Agropecuária no PIB, 1990-2004

Ano	PIB ¹	Grau de abertura (% do PIB)			
		Total		Agrícola	
		Intercâmbio ²	Exportação	Intercâmbio ²	Exportação
1990	8,1	11,0	6,7	29,0	23,1
1991	7,8	13,0	7,8	34,0	25,2
1992	7,7	15,0	9,2	38,0	30,4
1993	7,6	15,0	9,0	40,0	29,8
1994	9,9	15,0	8,0	32,0	23,5
1995	9,0	14,0	6,6	31,0	21,0
1996	8,3	14,0	6,2	32,0	22,2
1997	8,0	15,0	6,6	35,0	24,9
1998	8,2	14,0	6,5	32,0	23,5
1999	8,3	19,0	8,9	40,0	31,2
2000	8,0	19,0	9,1	36,0	26,6
2001	8,4	23,0	11,4	45,0	37,5
2002	8,7	24,0	13,1	50,0	41,6
2003	9,9	24,0	14,4	49,0	41,7
2004	10,1	27,0	15,9	50,0	44,6

¹Participação da agropecuária no PIB a preços básicos

²Intercâmbio = exportação + importação

Fontes: Elaborada a partir de dados de IPEADATA e FAOSTAT.

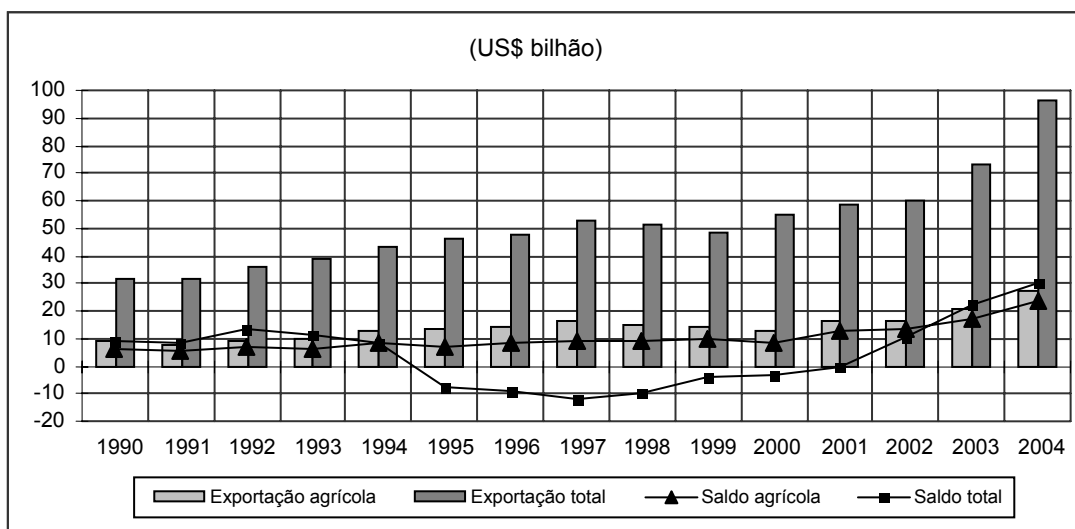


Figura 1 - Evolução do Comércio Exterior, Brasil, 1990-2004.

Fonte: Elaborada a partir de dados de FAOSTAT.

entanto, são bem poucos os produtos responsáveis por esse dinamismo. Inicialmente, destaque-se que a pauta agrícola brasileira é bastante concentrada: apenas sete complexos agroindustriais respondem por mais de 3/4 do valor das exportações do setor. São eles: soja, carnes, açúcar, fumo, café e laranja. Desses grupos, foram selecionados os dez primeiros produtos no *ranking* do valor das exportações. São eles: soja em grão, carne de frango, farelo de soja, café em

grão, açúcar cristal, carne bovina congelada, fumo em folha, açúcar refinado, suco de laranja concentrado e óleo de soja, produtos que contribuíram com 53,1% do valor exportado por todo o agronegócio brasileiro em 2005 (Tabela 2).

Desses produtos, o café em grão e o suco de laranja concentrado registraram queda expressiva de participação no mercado, com taxas de crescimento anual bem abaixo da média do agronegócio, 2,4% e 0,2%, respectivamente.

TABELA 2 - Valor das Exportações por Produto, Brasil, 1999 a 2005
(mil US\$ FOB)

Produto	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa ¹
Soja em grão	1.593	2.188	2.726	3.032	4.290	5.395	5.345	23,4
Carne de frango	875	806	1.292	1.335	1.710	2.494	3.324	26,3
Farelo de soja	1.504	1.651	2.065	2.199	2.602	3.271	2.865	13,5
Café em grão	2.231	1.559	1.208	1.196	1.303	1.750	2.517	2,4
Açúcar cristal	1.162	761	1.401	1.111	1.350	1.511	2.382	13,3
Carne bovina congelada	326	333	501	508	727	1.371	1.792	34,5
Fumo em folhas	855	781	877	934	1.006	1.324	1.598	11,6
Açúcar refinado	748	438	878	982	790	1.129	1.537	15,1
Suco de laranja concentrado	1.239	1.034	845	1.041	1.193	1.058	1.111	0,2
Óleo de soja	564	300	415	675	1.042	1.156	1.022	21,3
Soma	11.098	9.850	12.208	13.014	16.013	20.459	23.492	15,3
Agronegócio ²	20.937	21.046	24.234	25.210	31.113	39.586	44.200	14,4

¹Taxa média anual de crescimento de 1999 a 2005.

²Não inclui insumos.

Fonte: Elaborada a partir de dados de SECEX/MDIC.

No outro extremo, verifica-se que as carnes e a soja são os maiores responsáveis pela expansão das exportações do setor. O maior destaque é a carne bovina, cujas exportações tiveram crescimento médio anual de 34,5% entre 1999 e 2005, seguida pela de frango, com taxa de 26,3% a.a. No mesmo período, o complexo soja, englobando o grão, o farelo e o óleo, teve crescimento das exportações de 22,2% a.a. Destes, o produto em grão foi o único que registrou crescimento em praticamente todo o período, resultando na taxa média de 23,4% a.a. (Tabela 2).

O resultado é que apenas o conjunto desses dez produtos, cujo valor das exportações totalizou US\$11,1 bilhões em 1999, em 2005 foi capaz de trazer US\$23,5 bilhões em divisas para o País, mais de 40% das reservas acumuladas em 2005¹⁴. Observe-se que nesse ano o conjunto do agronegócio totalizou US\$44,2 bilhões de exportação, e é essa posição de provedora de divisas da agricultura que vem sendo apontada como causa da progressão da doença holandesa no País (Tabela 2).

O surpreendente crescimento das exportações agrícolas, a despeito da valorização da moeda doméstica, poderia ter uma explicação nas importações: a exportação de produtos cujo custo de produção envolve grande proporção de insumos importados é menos sensível às varia-

ções reais do câmbio porque as perdas nas vendas são em parte compensadas nas compras de insumos. É o que conclui Puga (2006) em sua análise da exportação do setor industrial¹⁵. Para a agricultura, no entanto, essa explicação não parece plausível. O coeficiente de comércio exterior do conjunto do setor, além de bem mais baixo que o do restante da economia, vem mostrando forte tendência de redução.

Coeficiente de comércio exterior é uma forma de mostrar o saldo comercial em termos relativos, portanto tem a vantagem de facilitar comparações. Consiste na razão entre importação e exportação e permite observar a parcela das exportações gasta com importações. No caso do agronegócio, no final da década passada, esse coeficiente indicava que pouco mais de 40% das divisas captadas era gasta com importação do setor, enquanto as importações dos outros produtos superavam as exportações em cerca de 50%. Ao longo dos anos houve redução do coeficiente para esses dois agregados, mas de forma mais acentuada no agronegócio, chegando, em 2005, a 0,22 e significa que os gastos com importação corresponderam a 22% da receita com exportação realizada pelo setor (Tabela 3).

Observe-se que o coeficiente referente aos próprios insumos também caiu para perto da

¹⁴Pelo conceito liquidez, em dezembro de 2005, as reservas estavam em US\$53,799 bilhões, e até julho o País já tinha acumulado mais US\$13,0 bilhões. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2006.

¹⁵Puga (2006) identificou correlação elevada entre a exportação e o coeficiente de comércio exterior, concluindo que o câmbio produz efeito diferenciado sobre as empresas conforme a composição de seu comércio exterior.

TABELA 3 - Coeficiente de Comércio Exterior, 1999-2005¹

Ano	Agronegócio ²	Insumos ³	Outros ⁴	Total geral
1999	0,42	3,83	1,52	1,02
2000	0,43	4,24	1,39	1,01
2001	0,34	4,15	1,42	0,95
2002	0,29	3,24	1,15	0,78
2003	0,26	2,54	0,98	0,66
2004	0,25	2,60	0,96	0,65
2005	0,22	2,14	0,88	0,62

¹Razão entre importação e exportação.

²Inclui insumos.

³Empregados no agronegócio.

⁴Total geral, exclusive agronegócio.

Fonte: Elaborada a partir de dados de SECEX/DECEX.

metade entre 1999 e 2005, reforçando a conclusão de que o agronegócio, no agregado, teve pouca compensação pelas perdas cambiais através da importação de insumos mais baratos.

A explicação usual para o bom desempenho do setor diz respeito às indiscutíveis vantagens comparativas, que vêm sendo reforçadas por aumentos de produtividade. É possível também que as perdas cambiais não tenham sido muito elevadas para a agricultura, ou pelo menos, podem ser menores que para os produtos manufaturados.

Da evolução da taxa de câmbio nominal observa-se que, após uma etapa de fortes movimentos especulativos, no final de 2002 e início do seguinte, quando o preço do dólar esteve em torno de R\$4,00, seguiu-se um ano de relativa estabilidade, com a taxa de câmbio abaixo de R\$3,00/US\$. Em maio de 2004, alcançou R\$3,13/US\$ e a partir daí o preço do dólar vem caindo sistematicamente, com pequenas oscilações¹⁶. Essa tendência se refletiu em expressiva apreciação da taxa de câmbio real efetiva, indicador cujo cálculo envolve ponderação referente à importância relativa dos parceiros comerciais no comércio.

Essa taxa é uma medida da competitividade das exportações, mas como os parceiros nas trocas de produtos agrícolas são diferentes dos de produtos industriais, e cada um deles tem sua particular evolução da taxa de câmbio, bem como dos índices de preço, os resultados são

diferentes¹⁷. Foi o que aconteceu de maneira expressiva entre 1997 e meados de 1999, quando a taxa de câmbio real efetiva da agricultura esteve bem acima da dos manufaturados.

Esse fenômeno vem se repetindo nos últimos anos. Desde junho de 2002, a diferença a favor da agricultura ultrapassou 10%, um ano depois superou 20% e, na média dos últimos 30 meses, excedeu em 26,3%. Acrescente-se que a competitividade do setor, medida pela taxa de câmbio real efetiva, está acima da média do ano 2000, com diferença de 15% em junho do corrente. Por outro lado, o mesmo indicador para os manufaturados já se encontra abaixo da média de 2000 desde outubro de 2005. Dessa comparação entre setores não é de estranhar o alerta sobre a tendência à desindustrialização (Figura 2).

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura é a maior provedora de divisas para a economia brasileira, não tanto porque exporta mais, mas porque sempre apresenta *superávits* comerciais expressivos, mesmo diante de taxa de câmbio desfavorável. É o setor mais aberto às trocas internacionais, que vinha perdendo participação no PIB e no comércio exterior, mas depois da liberalização comercial essa tendência foi revertida. Daí em diante, o

¹⁶O mínimo preço foi observado em 10/05/2006, quando a taxa de câmbio livre para venda atingiu R\$2,0586/US\$. Em 24 de agosto, a cotação foi R\$2,1523/US\$ (BACEN, 2006). Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>.

¹⁷Os cálculos realizados pelo IPEA, para a agropecuária envolvem a paridade do poder de compra dos quinze maiores parceiros comerciais, garantindo cobertura de pelo menos 75% do comércio bilateral. Para manufaturados e total foram considerados dezesseis países. As ponderações utilizadas são as participações médias de cada parceiro no total do comércio bilateral (exportações mais importações) brasileiro do setor de 2000 a 2004 (IPEADATA, 2006).

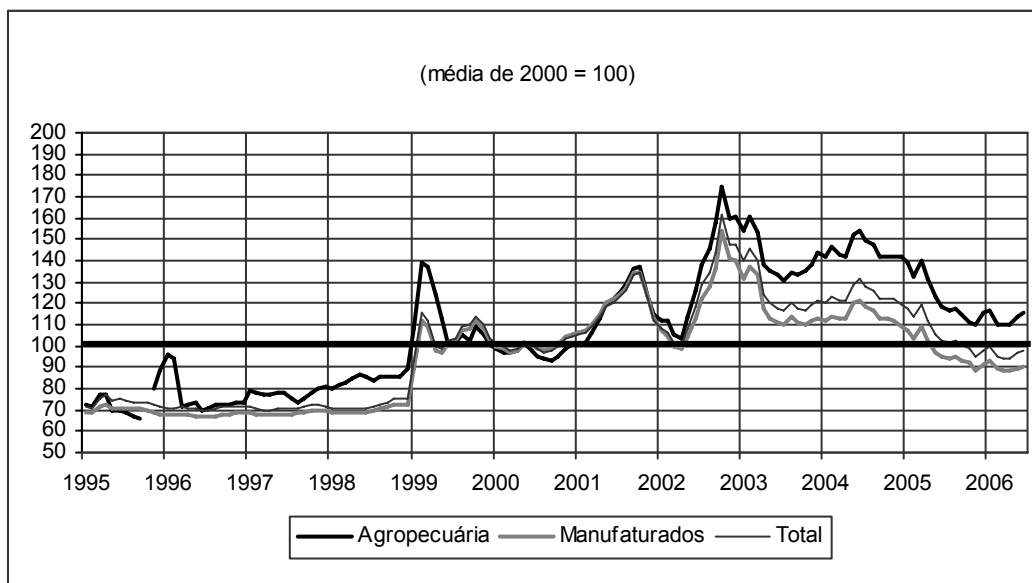


Figura 2 - Taxa de Câmbio Efetiva Real, jan./95 a jun./06¹.

¹Média ponderada da PPC dos principais parceiros comerciais, definida pelo INPC.

Fonte: Elaborada a partir de dados de <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

setor recuperou importância na economia brasileira, embora com menor crescimento do grau de abertura, devido a dois fatores positivos: o produto agrícola cresceu mais e as importações cresceram menos que o restante da economia.

Esse desempenho, que por algum tempo foi visto como indicador de sucesso, mais recentemente se tornou motivo de preocupação porque tem levado à apreciação da moeda nacional, com impactos negativos em termos de competitividade para o restante da economia.

O que tem tornado a agricultura brasileira mais competitiva, mesmo com taxa de câmbio desfavorável? Uma explicação possível é que as perdas de competitividade nas exportações sejam compensadas nas compras de insumos importados mais baratos. No entanto, esse não parece ser o caso. O coeficiente de comércio

exterior, que mostra a parcela das divisas obtidas com exportação gasta com importações, além de ser bem reduzido para o agronegócio, caiu mais para os outros produtos, tendência observada também para os insumos empregados no setor.

Uma outra explicação possível é que as taxas de câmbio não estejam muito desfavoráveis para a agricultura. A taxa de câmbio real efetiva é um indicador de competitividade que leva em conta a evolução das taxas de câmbio e dos índices de preço dos parceiros comerciais. Se os principais parceiros nas trocas agrícolas são diferentes dos que trocam outros bens, a competitividade também pode diferir. No confronto entre a agropecuária e os manufaturados, esse indicador mostra desvantagem expressiva para os últimos. Nos últimos anos, a apreciação da moeda foi menos acentuada para a agropecuária.

LITERATURA CITADA

BARROS, L. C. M. A "doença brasileira". **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2309200508.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Séries temporais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Maldição dos recursos naturais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

FAOSTAT database. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/faostat/form?collection=Trade>>. Acesso em: mar. 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR - FUNCEX. “Dutch disease” no Brasil? Analogia incorreta para um fato preocupante. **Boletim Setorial**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolsetor/BSt06-I.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=77&UserActiveTemplate=iedi&inoid=1685>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2006.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. **A falácia da “doença holandesa” no Brasil**. São Paulo: Ícone, mar. 2006. (Documento de pesquisa). Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br/Documentos/Doenca%20Holandesa_final_Marco%2006.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2006.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2006.

PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. Câmbio, reservas e “doença holandesa”. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jan. 2006. Disponível em: <http://www.observatorio.setrab.rj.gov.br/I_CENTRAL/artigos/artigo_300106.htm>. Acesso em: 10 fev. 2006.

PAULA, N.; SCATOLIN, F. Setor externo e economia internacional: a economia brasileira e a doença holandesa. **Economia & Tecnologia**, v. 4, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.boletimdeconjuntura.ufpr.br/Publicacoes_pdf/Boletim%20vol%2004.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

PUGA, F. P. Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada. **Visão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, n. 9, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_09.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2006.

RICUPERO, R. **Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/semin_desindustrializ/3RicuperoDesindustrializacao.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2006.

SHEINKMAN, J. A. A “doença holandesa” e os males do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2006. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=249069>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

COMÉRCIO AGRÍCOLA BRASILEIRO E GERAÇÃO DE DIVISAS

RESUMO: *Os ingressos de divisas procedentes da agricultura têm sido apontados como causa da apreciação da moeda brasileira, com reflexos negativos em termos de competitividade para os outros setores da economia. Este trabalho confronta indicadores de comércio exterior para a agricultura e os demais setores, buscando identificar as causas da diferença de desempenho. Uma explicação possível seria a compensação das perdas cambiais com importação de insumos mais baratos, mas esse não é o caso do agronegócio, que vem reduzindo a parcela do valor exportado gasto com importação de produtos e insumos. A taxa de câmbio real efetiva, por outro lado, pode explicar pelo menos parte das diferenças, dado que esse indicador para agricultura vem mostrando menor valorização que o correspondente para os manufaturados.*

Palavras-chave: taxa de câmbio, agricultura, competitividade.

BRAZILIAN AGRICULTURAL TRADE AND THE GENERATION OF EXCHANGE VALUE

ABSTRACT: *The foreign exchange inflow proceeding from agriculture has been indicated as cause of Brazilian exchange rate appreciation, with a negative impact in the competitiveness of other economic sectors. This paper analyses agricultural trade indicators in order to identify the reasons for differences in performance. A possible explanation would be that the losses in foreign exchange were being compensated by imports of cheaper inputs. Nevertheless, that is not the case in the agribusiness since it has been reducing the export value share spent on imports. On the other hand, the real effective exchange rate can explain part of the differences once this indicator for agriculture has been signaling smaller appreciation than that for manufactured products.*

Key-words: *exchange rate, agriculture, competitiveness.*

Recebido em 31/08/06. Liberado para publicação em 22/09/06.